

**feam-**FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTEParecer Técnico DIALE Nº 136/2003  
Processo COPAM Nº 1644/2002/002/2002**PARECER TÉCNICO**

Empreendedor: <b>FAJÚ COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.</b>	
Atividade: Fabricação de refrigerantes	Porte: Grande
CNPJ: 02.119.737/0001-53	
Endereço: Rua Isaltino Geraldo Damasceno, 85 – Bela Vista	
Município: Mário Campos/MG	
Referência: <b>PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1160/2002</b>	Infração: Grave

Em vistoria realizada em 8-10-2002, visando ao atendimento a denúncia, foi constatado que, no endereço supracitado, a Fajú Comércio Importação e Exportação Ltda. estava em fase de instalação do empreendimento, apresentando uma área de 13.000 m<sup>2</sup> terraplanada e com as obras de fundação executadas, sem a devida Licença de Instalação.

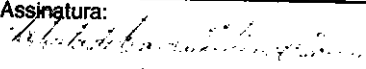
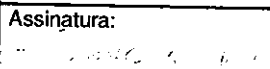
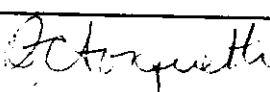
Na ocasião foi entregue o Formulário de Caracterização do Empreendimento – FCE ao empreendedor para ser preenchido e entregue à FEAM no prazo de 10 dias. Em 29-10-2002 foi lavrado o Auto de Infração Nº 1160/2002 por *instalar, construir, testar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licença de Instalação*. Assim, foi enviado Ofício DIQUA Nº 1139/2002 informando a lavratura do Auto de Infração. A autuada não apresentou defesa, sendo julgada em 12-6-2003 e aplicada a penalidade de advertência, devendo obter licença ambiental, no prazo máximo de 90 dias, sob pena de multa no valor de R\$ 11.706,16.

No Pedido de Reconsideração, protocolado em 21-2-2003, alega-se, sucintamente, que as obras de instalação encontram-se paralisadas, que o prazo para a obtenção da Licença de Instalação é demasiadamente curto, uma vez que a obtenção desta não depende unicamente do requerente e que, portanto, a multa a ser possivelmente aplicada deveria ser suspensa.

As alegações apresentadas, no entanto, são inconsistentes do ponto de vista técnico. Afirma-se isso uma vez que a empresa não explica o porquê do início de sua implantação sem ter providenciado a Licença de Implantação, queixando, ainda, do prazo dado para obtê-la, providência que já deveria ter sido tomada.

Vale ressaltar que, até a presente data, a autuada apenas protocolou Formulário de Caracterização do Empreendimento – FCE, não tendo fornecido os demais documentos necessários à formalização do processo de licenciamento.

Visto que não foram apresentadas justificativas técnicas que descaracterizem as infrações cometidas, este parecer sugere o indeferimento do presente pedido de reconsideração, ouvida a Procuradoria da FEAM.

Divisão de Indústria Alimentícia – DIALE		Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias – DIRIM
Autores: Roberta de Carvalho Borges Garcia Técnica FUNDEP Murilo G. Lima Freitas – estagiário	Gerente: Consuelo Ribeiro de Oliveira	Diretora: Zuleika Stela Chiacchio Torquetti
Assinatura: 	Assinatura: 	Assinatura: 
Data: 11/12/2002	Data: 11/12/2002	Data: 09/01/03



# ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia - Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM



## PARECER JURÍDICO

AUTUADO: FAJÚ COMÉRCIO IMPORTAÇÃO. E EXPORTAÇÃO LTDA. PROCESSO Nº 1644/2002/002/2002 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1160/2002 TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVE PORTE: GRANDE	PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
---	-----------------------------

### I – RELATÓRIO

A Fajú Comércio Importação e Exportação LTDA foi autuada em 29.10.2002 pela prática da infração grave tipificada no art. 19, § 2º, item 1, do Decreto 39.424/98:

*Art. 19(...)*

*§ 2º - São consideradas infrações graves:*

*1 - instalar, construir, testar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licença de Instalação;*

O autuado não apresentou Defesa.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 12.07.2003, pela FEAM, penalidade de advertência, devendo o autuado obter sua licença ambiental no prazo de 90 dias, sob pena de conversão em multa no valor de R\$ 11.706,16.

O autuado apresentou Pedido de Reconsideração tempestivo.

### II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “dar início a instalação da unidade fabril, conforme verificado na vistoria de 08.10.2010, fonte efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem licença de instalação.” (fl.03)

No Pedido de Reconsideração, a autuada alega, em síntese, que:

- A autuada já está providenciando a licença ambiental.
- O prazo de 90 dias é arbitrário, já que a apresentação da referida certidão não depende apenas da empresa autuada.
- A autuada paralisou as obras no município de Mario Campos.
- O valor da multa é exorbitante, uma vez que foi aplicada a título de advertência.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM



A legislação ambiental em vigor, especialmente a Resolução CONAMA 237/97, estabelece que a instalação de “empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental”.

Com efeito, resta incontroverso que no momento da autuação o infrator não possuía licenciamento ambiental válido. Mesmo após o prazo concedido pela FEAM para a regularização ambiental do empreendimento, o autuado não logrou regularizar a sua situação ambiental.

Em consulta ao SIAM, verifica-se que o autuado não obteve, até a presente data, Licença de Instalação do seu empreendimento. Ademais, a suposta paralisação do empreendimento não descaracteriza a irregularidade apontada no momento da fiscalização. Portanto, deve ser mantida a penalidade de multa aplicada.

A penalidade de multa foi aplicada em consonância com o porte do autuado e a gravidade da infração, não havendo que se falar em sua redução ou abusividade.

Nos termos do art. 96, de Decreto 44.844/2008, deve ser mantido o valor da penalidade de multa aplicada, por ser mais benéfica ao autuado.

### III - CONCLUSÃO

Recomenda-se ao Presidente da FEAM o indeferimento do Pedido de Reconsideração, mantida a multa aplicada no valor de R\$ 11.706,16, por ser mais benéfica ao autuado, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2011.

Autor:  
André de Albuquerque Sgarbi  
Consultor Jurídico  
OAB/MG 98.611  
Aprovado por:  
Gustavo Chaves Carreira Machado  
Procurador-Chefe da FEAM  
OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7

Assinatura:

Assinatura: